

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. MARCELO CALERO)

Inscribe o nome de Afonso Henriques de Lima Barreto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica inscrito o nome de Afonso Henriques de Lima Barreto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Afonso Henriques de Lima Barreto, um dos maiores escritores brasileiros, nasceu no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1881, filho primogênito do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto e da professora Amália Augusto Barreto.

O menino Afonso viu a assinatura da Áurea acontecer no dia de seu aniversário, coincidência que antecipou, talvez, o compromisso que o escritor adulto firmaria, em toda sua obra, com a discussão da questão racial e a crítica à desigualdade social brasileira dela decorrente.

Os pais de Lima Barreto eram filhos de escravos, mas nasceram livres. Ambos, por circunstâncias diversas, tiveram a oportunidade de estudar e exercer profissões socialmente reconhecidas. A mãe, que chegou a dirigir uma escola para meninas, morreu muito cedo, de tuberculose, deixando o filho mais velho órfão aos sete anos de idade. O pai, que se destacou na arte tipográfica, trabalhou na Imprensa Nacional e em importantes periódicos da época do Império. Frente às mudanças trazidas pela proclamação da República, contudo, precisou deixar a função de tipógrafo para

trabalhar como almoxarife da Colônia dos Alienados, na Ilha do Governador. Mais tarde, João Henriques apresentou um quadro de transtorno mental que marcaria profundamente a vida e a obra do filho escritor.

A despeito das intempéries enfrentadas pela família, era firme a convicção de João Henriques de que a emancipação dos filhos dependia do estudo. Assim, com o empenho do pai e a ajuda do padrinho, visconde de Ouro Preto, o menino Afonso Henriques recebeu educação escolar de qualidade muito superior à que sua modesta condição social lhe garantiria, frequentando, como interno, o tradicional Liceu Popular Niteroiense e o Colégio Paula Freitas, preparatório da Escola Politécnica.

A intenção de completar o curso de Engenharia Civil na Politécnica, no entanto, não foi adiante. Apesar de ter cursado por alguns anos a instituição, Lima acabou por abandonar o curso e se dedicar à escrita. A remuneração que recebia pela publicação de seus textos em quase todos os jornais cariocas da época era complementada pelo modesto salário de amanuense da Diretoria de Expediente da Secretaria da Guerra, cargo que assumiu após aprovação em concurso público, em 1903.

O primeiro livro publicado por Lima Barreto, em 1909, foi *Recordação do Escrivão Isaías Caminha*. A história do jovem escrivão, mestiço, morador de uma cidade pequena do Espírito Santo, que parte em busca de trabalho e reconhecimento no Rio de Janeiro, em muito se assemelha a própria história do autor. Embora inteligente e culto, Isaías encontra na capital fluminense um ambiente hostil para os negros e vê a ascensão social com que tanto sonha ser obstruída pelo preconceito racial.

Apesar do tema dramático, o romance é caracterizado por uma escrita livre e despojada, repleta de crítica social, humor e ironia. Esse estilo inovador era muito distante do que ditava o modelo parnasiano, predominante na literatura da época, o que não agradou a crítica. Por sua vez, ao ambientar o enredo numa redação de jornal e tratar de forma dura a imprensa carioca, Lima provocou a ira dos seus pares jornalistas, que reagiram com completo silêncio em torno da obra.

Seu segundo romance, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, foi publicado em formato de folhetins em 1911. Mais uma vez, o autor evitou o estilo rebuscado da moda, com o intuito de tornar o texto mais acessível e palatável ao público leitor. Mais uma vez, também, a crítica ignorou a obra. Essa indiferença dificultou a publicação do romance em livro, de modo que Lima Barreto decidiu custeá-lo, ele mesmo, recorrendo a empréstimos. A edição saiu em 1915 e, dessa vez, conquistou a aclamação da crítica.

O ingênuo e caricato Policarpo Quaresma, que se tornou a personagem mais célebre de Lima Barreto, é um Dom Quixote brasileiro¹, cujo nacionalismo – extremo e utópico – constitui-se em sua principal bandeira. O leitor é conduzido – com humor, sarcasmo e ironia – até o triste fim de Policarpo, que, após uma vida de patriotismo cego e dedicação ao País, é acusado de traição e morre na cadeia. O romance faz críticas à sociedade hipócrita, medíocre e preocupada com as aparências; à ligação entre dinheiro e prestígio social e intelectual; à questão racial; à manipulação do nacionalismo e o militarismo exagerado da política brasileira, que culminou com a ditadura de Floriano Peixoto².

Lima Barreto escreveu, ainda, os romances: *Numa e a ninfa* (1915), *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), *Clara dos Anjos* (edição póstuma, 1948) e *O cemitério dos vivos* (edição póstuma, 1953). Produziu, também, contos, artigos, crônicas, sátiras e memórias.

Sempre é tempo de revisitar a genialidade de Lima Barreto e sua literatura "militante" e o caráter mordaz de suas críticas sociais e políticas. O exercício é especialmente interessante no contexto da crise ética e moral sem precedentes que vivemos em nosso país. Em 2020, celebramos 98 anos da publicação da coleção de crônicas "Os Bruzundangas", uma sátira da vida brasileira nos primeiros anos da Primeira República. Bruzundanga é um país fictício, onde havia, tal como na Primeira República, diversos problemas sociais, econômicos e culturais, entre os quais os títulos acadêmicos possuídos pelos ricos que eram não mais que pseudo-eruditos. Na elegante ironia do

¹ <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/literatura/limabarreto.htm>

² Ibidem.

autor, vemos a atualidade de seu texto e refletimos a respeito dos caminhos que nos são possíveis.

No capítulo "Um mandachuva" ele traça os contornos de um político anônimo, cujo perfil mantém a sua atualidade decorridas mais de oito décadas do esboço. O político vem de uma cidadezinha no interior do país, tendo tido sua formação restrita às suas atividades domésticas e profissionais, sem qualquer gosto por pensamentos mais altos como a arte e a cultura, mediocridade, desinteresse, provincianismo e descaso pelas audiências públicas.

É legítima, contudo, a indignação dos brasileiros frente ao comportamento de alguns, que, no dizer perfeito de Lima Barreto, se consideram feitos de diversa matéria. Desgraçadamente, ainda hoje persistem aqueles que dedicam suas funções à lógica de uma "ação entre amigos", ou de grande "balcão de negócios".

Na crônica XV de novembro, Lima Barreto sugere ao leitor uma reflexão sobre o significado da Proclamação da República. Escrito em 16 de novembro de 1921, Barreto se questiona sobre o que é e como não deveria ser a República, 32 anos depois da Proclamação, data também do falecimento da princesa Isabel que, apesar de revelar não a exaltar como faziam os jornais à época, tinha simpatia por ela. As questões colocadas por Barreto, quase um século depois da publicação do texto, se mantêm permanentes. O autor registra as declarações de políticos sobre a crise social que vivia o império Austríaco, apesar de não ver lamento sobre a situação de miséria da Favela do Salgueiro, no Rio de Janeiro.³

Enquanto engendrava sua obra genial, Lima Barreto enfrentou o alcoolismo crônico e uma série de problemas de saúde dele decorrentes. Acometido por delírios persecutórios, sofreu surtos psicóticos e passou por diversas internações. Morreu aos 41 anos de idade, de *gripe torácica* (provavelmente pneumonia) e *colapso cardíaco*.

³ <http://longedesereno.blogspot.com/2018/02/15-de-novembro.html>

O sofrimento derivado de sua condição mental, das dificuldades financeiras recorrentes e do constante preconceito racial a que foi submetido perpassam sua escrita, concedendo-lhe rara densidade. Sua prosa foi inovadora no conteúdo e na forma. Ao fundir a linguagem culta com a cotidiana, Lima refletiu as contradições socioculturais do seu tempo e deu voz à parte excluída da sociedade, que, até então, não encontrava espaço para se fazer ouvir. A mudança de paradigma adotada em sua escrita – tão incompreendida por seus contemporâneos – foi aplaudida pelos modernistas e incorporada por grande parte da prosa brasileira produzida após 1922.

A literatura de Afonso Henriques de Lima Barreto deu visibilidade à população afrodescendente, aos doentes mentais, aos suburbanos, aos pobres e desvalidos. Denunciou mecanismos de exclusão, apontou práticas discriminatórias, mas também promoveu o trabalho, os afetos, as alegrias, a capacidade intelectual e a criatividade de uma importante parte da sociedade que era invisível para a elite brasileira, carente de representação nas artes, apartada dos salões, dos jornais, dos teatros e das tertúlias literárias.

A relevância de Lima Barreto como escritor e como intérprete do Brasil tem sido reconhecida de diversas formas. Sua obra, constantemente reeditada, constitui objeto de trabalhos acadêmicos dentro e fora do País. Suas narrativas são lidas nas escolas brasileiras e percorrem o mundo, traduzidas em diversas línguas. Seus personagens povoam o imaginário nacional e são vistos no teatro, no cinema e na televisão. Sua história foi registrada em biografias magistrais como a de Francisco de Assis Barbosa⁴ e Lillia Schwarcz⁵. Seu nome foi emprestado a bibliotecas, ruas, monumentos e instituições de ensino. Sua vida foi tema da escola de samba Unidos da Tijuca, que desfilou no carnaval de 1982 com o enredo: Lima Barreto – Mulato, pobre, mas livre.

Falta, no entanto, homenagear esse expoente da cultura brasileira com a inscrição do seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves,

⁴ BARBOSA, Francisco de Assis. A vida de Lima Barreto. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. Lima Barreto: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília. É esse o objetivo da iniciativa que ora apresentamos.

Segundo a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que regulamenta a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, esse instrumento de preservação da história nacional *“destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros e brasileiras ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo”*.

Afonso Henriques de Lima Barreto dedicou sua vida a produzir uma literatura que tornou o Brasil maior. Sua obra atuou sobre o imaginário dos brasileiros, contribuindo para desconstruir a ideia de escravidão e pobreza como elementos naturais e de raça e cor como estigmas que determinam papéis de mando ou obediência e justificam irremovíveis desigualdades⁶. O escritor cumpriu – e cumpre ainda – o papel heroico de manter vivos entre nós os princípios da democracia, da equidade, da liberdade e da justiça social, sobre os quais se sustenta a República Federativa do Brasil.

Por todas essas razões, contamos com o valioso apoio dos Nobres Pares para que se efetive a justa homenagem que aqui propomos.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado **MARCELO CALERO**

⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. Lima Barreto: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 29